

Estado, desenvolvimento e panorama social na América Latina: análise de indicadores em países selecionados - Brasil, Argentina, Chile, México e Colômbia

Silvio F. Barboza*
 Josiane S. Mendes**
 Henrique P. Campos***

Resumo

O presente estudo tem como objetivo apresentar e analisar indicadores de desenvolvimento econômico do Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e México. Realiza-se pesquisa de cunho descritivo com abordagem analítica sob perspectiva histórica-comparativa. Recorrem-se a fontes de informações, dentre as quais as fornecidas pela base de dados da CEPAL. Os resultados apontam países com maiores indicadores em IDH, Chile e Argentina; em participação de gastos em educação em relação ao PIB, Brasil e Argentina; em concentração de renda, Brasil e Chile, em extrema pobreza, Brasil e Colômbia; em menor índice de analfabetismo Argentina e Chile; e em mortalidade infantil, Brasil e Colômbia. Estudos dessa natureza são instrumentos para gestores públicos implementarem ações para mitigar condições que limitam o desenvolvimento.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico, América Latina, indicadores sociais

State, development and social panorama in Latin America: analysis of indicators in selected countries – Brazil, Argentina, Chile, Colômbia e México.

Abstract

This study aims to present and analyze economic development indicators in the Brasil, Argentina, Chile, Colombia e Mexico. Descriptive research is carried out using an analytical approach under a historical-comparative perspective. Sources of information are used, including those provided by the CEPAL database. The results point to the countries with the highest indicators in HDI, Chile and Argentina; in share of education expenditures in relation to GDP, Brasil and Argentina; in income concentration, Brasil and Chile, in extreme poverty, Brasil and Colombia; in lower illiteracy rate Argentina e Chile; and in infant mortality per thousand inhabitants, Brasil and Colombia. Studies of this nature are instruments for the public managers to implement actions aimed at mitigating conditions that limit development.

Keywords: Economic development, Latin America, social indicators

Classificação JEL: I00; I10; I20; I30

* Doutorando do programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: silviodso@yahoo.com.br

** Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: josiete.ifpb@gmail.com

*** Mestre em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina e técnico das Centrais Elétricas de Santa Catarina. E-mail: hpcampos2@gmail.com

1. Introdução

O papel do Estado no processo de desenvolvimento é um assunto academicamente controverso, pois discute-se com frequência qual o nível de intervenção estatal necessário para um país. Para Chang (2000) a resposta para essa indagação encontra-se no contexto do qual os países estão inseridos, pois uma ação estatal pode auxiliar um determinado país a lograr o desenvolvimento e em outro pode interferir negativamente neste processo.

Nesse sentido, a discussão sobre os elementos históricos e contextuais é fundamental para o entendimento da realidade específica dos países, e da necessidade de intervenção no sentido de melhoria das condições sociais. Especificamente, no contexto da América Latina, o pensamento cepalino conduziu (teoricamente e na prática ao propor políticas públicas) as ideias e os ideais de desenvolvimento dos países em desenvolvimento (IGLESIAS, 2010).

Assim, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) é reconhecida pela literatura como a principal sistematizadora e agregadora de teorias do desenvolvimento no contexto dos países latino-americanos (SILVEIRA; ANGELI, 2020). A partir de um entendimento atual de que o desenvolvimento de um país não se vincula apenas ao seu crescimento econômico; a CEPAL, vem discutindo os limites do crescimento e procurando alternativas para a construção de um desenvolvimento que leve a equidade e a justiça social, seguindo as ideias e ideais de Fernando Fajnzylber para a América Latina (PAIVA, 2006).

Filiando-se a essa corrente de entendimento e a vontade de modificações profundas na sociedade latino-americana, apresenta-se o presente artigo que tem como objetivo analisar quais são as condições econômicas e sociais dos principais países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México) no limiar do século 21, comparando dados de indicadores das últimas duas décadas (2000-2020). Tal intenção analítica emergiu dos seguintes questionamentos e reflexões: qual o cenário socioeconômico da América Latina nas duas últimas décadas?

Com o intuito de responder à presente indagação, o artigo encontra-se dividido em 5 seções, sendo que nessa 1ª. seção faz-se a introdução; na 2ª. seção apresentam-se algumas reflexões sobre o papel do Estado no processo de desenvolvimento e resolução (ou não) das questões sociais; na 3ª. expõem-se a metodologia utilizada no trabalho; na 4ª. seção apresentam e analisam os indicadores socioeconômicos selecionados para cinco países – Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e México -; e, por fim, na 5ª. seção elaboram-se as conclusões finais.

2. Desenvolvimento, questões sociais e o papel do Estado: os rumos do pensamento cepalino

O estudo mais abrangente da temática desenvolvimento, sob as lentes de diversas perspectivas teórico-analíticas, têm evidenciado a complexidade do fenômeno, sublinhando a relevância de diferentes aspectos à sua compreensão e efetividade, para além do estritamente econômico: educacional (todos os níveis, inclusive, técnico e tecnológico); redistributivo (equidade social); institucional (compreendida, inclusive, em um sentido amplo e relacional, que abrange questões culturais, orientação para novos padrões de consumo, criatividade, aprendizagem, etc.); político (vontade política, capacidade de mobilização, governabilidade); administrativo (governança); tecnológico/inovativo; ecológico; sustentável etc.

Não obstante aos desafios epistemológicos inerentes ao discernimento do fenômeno, refletidos, inclusive, nas questões conceituais (PRADO, 2010), essa realidade teórico-empírica tem sugerido a superação de uma visão fragmentada e reducionista do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que denota a importância de aspectos contextuais, sejam eles macro ou microsociais, para o entendimento dos distintos cenários em que se concretiza.

No contexto latino-americano, destaca-se o papel da CEPAL como principal sistematizadora e agregadora de teorias do desenvolvimento e das reflexões acima apresentadas (SILVEIRA; ANGELI, 2020).

O núcleo básico da teoria cepalina, conhecida como estruturalista, foi elaborada pelo argentino Raul Prebisch, consultor e posteriormente secretário executivo da comissão econômica (1950), em seu ensaio *"El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas"*, de 1949 (e subsequentes). Outros nomes, no entanto, merecem destaque pelas importantes contribuições ao pensamento cepalino, dentre eles: Celso Furtado, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, José Medina Echavarría, Regino Boti, Jorge Ahumada, Juan Noyola Vásquez, e outros (BIELCHOWSKY, 1988; PAIVA, 2006).

No campo teórico, autores indicam como motivação desse enfoque a insuficiência de respostas, por parte das abordagens econômicas clássicas (cujos esquemas interpretativos provinham dos países “desenvolvidos”), às especificidades econômicas e sociais dos países latino-americanos (BIELCHOWSKY, 1988; PAIVA, 2006; SILVEIRA; ANGELI, 2020).

No centro das questões levantadas por Prebisch, originalmente, está a constatação empírica das desigualdades (em seus diferentes aspectos) entre os países industrializados e os produtores e exportadores de produtos primários que caracteriza uma “divisão internacional do trabalho” (PAIVA, 2006) e, conseqüentemente, a necessidade de se pensar políticas de

industrialização como meio de superação dessas desigualdades (notadamente a condição de subdesenvolvimento e pobreza dos países latino-americanos), por meio da ação programada do Estado (BIELCHOWSKY, 1988; SILVEIRA; ANGELI, 2020).

Acreditava-se que a expansão industrial traria resultados positivos através da absorção do excedente populacional e elevação da produtividade e renda. O modelo inicial foi o da industrialização por substituição de importações (COLISTETE, 2001). Segundo o autor supracitado, na década de 1960, há uma adição ao pensamento original no sentido de que o processo de industrialização teria que incorporar setores de bens mais complexos, capazes de difundir progresso técnico por toda estrutura industrial, abandonando, desse modo, a hipótese de que a simples diversificação industrial promoveria o fim da condição periférica.

Uma vez que as expectativas em torno do modelo de desenvolvimento não se confirmaram com o processo de industrialização por substituição de importações, o processo de industrialização realizou a produção de bens antes importados. Porém, as desigualdades e a dependência da região se aprofundaram, não sendo capaz de realizar a autonomia desejada, reduzir as desigualdades, absorver o contingente desempregados, dentre outros – aspectos do modelo de desenvolvimento. Nesse curso, passa a ser questionado, motivando na década de 1960 a elaboração de teorias críticas dentro do próprio movimento da CEPAL, e uma ampla discussão sobre os conceitos de desenvolvimento, subdesenvolvimento e relações de dependência dos países latino-americanos inseridos no âmbito de uma divisão internacional do trabalho (ALMEIDA, 2009; RODRIGUES, 2015).

Celso Furtado (1920-2004), um dos grandes pensadores do desenvolvimento latino-americano, em sua preocupação com o subdesenvolvimento, indica outras dimensões dessa dependência. Segundo Moreira (2015), Furtado defende que a dependência não se reduz aos aspectos econômicos, é, também, cultural e tecnológica, e se estende a diferentes aspectos da vida, tolhendo a criatividade necessária à promoção do desenvolvimento.

Almeida (2009, p. 122) argumenta que em Furtado o desenvolvimento é mais do que acumulação de capital, passa, antes, por um “processo de transformação na estrutura econômica, política e social”, envolvendo o conjunto da estrutura produtiva e as forças sociais em função da coletividade.

Isso implica dizer que, no pensamento furtadiano, o crescimento da produtividade não é condição suficiente para que se produza o “verdadeiro desenvolvimento”. Para o autor, o desenvolvimento vai além do econômico, está referido a uma melhoria do bem-estar da população como um todo, com uma crescente homogeneização social (FURTADO, 1992).

Analisando o processo de desenvolvimento de países asiáticos, o autor destaca a importância da homogeneização social como uma condição necessária (mas não suficiente) para a superação da condição de subdesenvolvimento. Para Furtado (1992, p. 6), o conceito de homogeneização social não está referido a uniformização dos padrões de vida e sim à satisfação, de forma apropriada, das “necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação, ao lazer e a um mínimo de bens culturais” de membros de uma sociedade.

Bresser-Pereira (2006, p. 208, 209), corroborando com o pensamento de Furtado, afirma que o desenvolvimento é um “processo histórico de crescimento sustentado da renda” que visa a “melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional”. E, por consequência, é resultante da “sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção”, bem como de instituições formais (políticas, leis) e informais (práticas sociais, usos e costumes).

Segundo o autor, desenvolvimento econômico não coincide com desenvolvimento social e/ou com uma distribuição de renda mais equitativa, embora acredite que em um longo ou médio prazo o crescimento econômico possa elevar os padrões médios de vida da população. Bresser Pereira (2006) destaca a experiência histórica dos países latino-americanos, indicando que o crescimento econômico pode ser altamente concentrador de renda e fortemente injusto.

O que se percebe é que, o “esquecimento” do social ou a sua subsunção aos aspectos econômicos (verificadas em algumas abordagens) têm dificultado o devido tratamento das desigualdades e dos problemas estruturais nesses países. As assimetrias internas e externas não são tratadas, porque a ideologia dominante espera que a solução para as questões sociais venha como um subproduto do crescimento econômico (realizado pelo e no mercado), o que não se confirma historicamente. Sob esse aspecto, o crescimento econômico tem se mostrado seletivo e desigual.

Estudos históricos sobre o tema evidenciam que este tem ocorrido mais por meio das diferentes estratégias políticas, econômicas e sociais planejadas e dirigidas pelo Estado do que pela “mão invisível” do mercado: investimento em educação e infraestrutura; protecionismo da indústria nascente; intervenção e investimento em áreas estratégicas (tecnologia, P&D, aprendizagem) etc. (BRESSER-PEREIRA, 2009; CHANG, 2004a, 2004b; FIORI, 1999).

Notabiliza-se, desse modo, a importância histórica da ação planejada do Estado (sem, contudo, desconhecer as ambiguidades, os conflitos de interesses e as lutas travadas em seu interior) na regulação do sistema socioeconômico capitalista e na promoção de políticas de desenvolvimento, contrariando as noções de “Estado mínimo” e de “virtuosidade” de um

mercado autorregulado e impessoal, defendidas veementemente pela perspectiva econômica (neo) liberal.

Contudo, resta evidente nas análises históricas, tanto dos países desenvolvidos quanto dos de industrialização tardia, a fundamental importância da ação planejada do Estado para o desenvolvimento (em um sentido amplo), sobretudo, para os países periféricos, ainda, com grandes desafios (infra) estruturais a serem superados (econômicos, sociais, políticos, institucionais, tecnológicos etc.) (BRESSER-PEREIRA, 2009; EVANS, 1996; FIORI, 1999).

Nesse caminho, o pensamento cepalino tem apresentado importantes contribuições para o campo das teorias do desenvolvimento (subdesenvolvimento, dependência, entre outras) no contexto latino-americano, notadamente com construções teóricas e estudos empíricos que permitem desvelar as relações assimétricas de uma economia global, hierarquizada e alicerçada em uma divisão internacional do trabalho, na qual os países periféricos desempenham um papel subalterno.

Seu enfoque regional permite, não apenas, a reflexão sobre as especificidades da realidade latino-americana, transcendendo os enfoques nacionais do desenvolvimento (situando o contexto local em um cenário mais amplo), mas, também, uma crítica a natureza do tipo de desenvolvimento capitalista imposto a esses países, expondo as contradições de um sistema de acumulação que gera um desenvolvimento desigual, e os desafios à superação dos problemas estruturais originados por este (internos e externos).

No entanto, em sua origem, resta a constatação de que as políticas de desenvolvimento adotadas não levaram em consideração as contradições e carências inerentes ao contexto latino-americano (pelo menos não as sociais) – caracterizado, sobretudo, por um contingente da população que não possuía os recursos nem os meios necessários para serem incluídos no processo^[1] – sendo constatadas, posteriormente, apenas, como uma expectativa frustrada.

Como fizeram Furtado (1992) e Fajnzilber (1990), os tratamentos teóricos-analíticos do novo-desenvolvimentismo e no social-desenvolvimentismo resgatam com muita propriedade a necessidade de uma visão mais ampla e integral do desenvolvimento para esse contexto específico, com a inclusão de aspectos importantes, como institucionais, políticos, tecnológicos etc., mas sobretudo, a dimensão social. Essa é tão fundamental para superação dos desafios estruturais ainda presentes na realidade desses países, tendo em vista as profundas desigualdades sociais e econômicas que marcam essas sociedades.

¹ Rodrigues (2015), citando o trabalho de Luce (2011), indica o esgotamento do denominado “exército industrial de reserva”, tendo em vista que a grande massa de trabalhadores (realidade do contexto latino-americano) não possuía qualificação para compor o referido “exército”.

Destacaram, ainda, os desafios inerentes à ação estatal, notadamente, na construção e articulação (com atores políticos, econômicos e social) dos meios necessários à construção de uma estratégia nacional para superação dos problemas estruturais (internos e externos), dentre eles, os que dizem respeito a dimensão social, como: baixo nível de educação e qualificação, desigualdades extremas, infraestrutura precária etc., os quais apresentam-se como entraves ao “verdadeiro desenvolvimento”.

Apesar dos avanços ocorridos, o que se percebe é que a solução desses problemas sociais representa, ainda, um grande desafio para os países da América Latina. O que se constitui, da mesma forma, em um enorme desafio teórico, metodológico e prático (no sentido de construção das políticas públicas) a ser superado.

3. Metodologia

O estudo é de natureza descritiva com abordagem analítica em perspectiva histórica comparativa. Recorre-se a base teórica para expressar, de forma sintética, o significado de desenvolvimento e o tratamento que recebe sob perspectiva heterodoxa. Nessa via, considera o desenvolvimento como processo que envolve aspectos econômicos, sociais e políticos. Desenvolvimento é considerado dinâmico, em movimento e requer intervenção estatal constante e não ocasional. Destaque é dado nessa discussão, a visão estruturalista da CEPAL, tendo como referência às contribuições de Furtado, Fajnzylber e Rodrigues entre outros.

Recorre, também, a dados secundário para apontar e analisar um conjunto de indicadores, dentre os quais os relacionados a emprego, educação, renda, vulnerabilidade, violência e saúde. São selecionados cinco países latino-americanos para análise comparativa: Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e México. Para tanto, utilizam-se de fontes de dados como: *World Development indicators* (2020), *Human Development Reports*, (2020), *Cepal Stats* (2021) e *World Inequality Database* (2020).

4. Indicadores de desenvolvimento comparativos

O Produto Interno Bruto (PIB) de um país expressa o valor da riqueza produzida em seu território, em determinado período. Refere-se ao conjunto dos bens e serviços produzidos empresas e por indivíduos em diferentes atividades econômicas. Esse indicador pode ser calculado levando em consideração um município, região, unidade federativa e país. Em sua

composição encontram-se, tradicionalmente, a riqueza produzida por três setores: agropecuária, indústria e serviços.

A riqueza produzida, por sua vez, pode ser calculada considerando a população existente, cujo indicador é o PIB *per capita*. Esse indicador representa, grosso modo, o quanto cada habitante produz de riqueza em determinado período. Constitui um indicador questionado, quase sempre, pois o uso da média, nem sempre representa a realidade, dado que esconde diferenças internas. Contudo, deve ser elaborado e analisado em conjunto com outras variáveis socioeconômicas.

Ambos indicadores – PIB e PIB *per capita* - constituem variáveis macroeconômicas utilizadas, em grande monta por órgãos governamentais e multilaterais, para verificar o comportamento da economia e ser objeto de análise, individual e comparativa. Uma série histórica de anos possibilita ter uma clara evidência se a economia, está em processo de crescimento ou de desaceleração. Nesse curso, podendo resultar medidas de políticas econômicas promotoras ou de correções necessárias.

Tabela 1 – População, PIB e PIB per capita valor adicionado por setor econômico dos países selecionados da América Latina, 2019

País	População (hab.)	PIB (US\$ bilhões)	PIB per capita (US\$)	VA como % do PIB		
				Agropecuária	Indústria	Serviços
Argentina	45.376.763	383,1	8.441,9	6,84	22,47	54,34
Brasil	212.559.409	1.444,7	6.796,8	5,91	17,65	62,92
Chile	19.116.209	252,9	13.231,7	3,86	31,43	56,48
Colômbia	50.882.884	271,3	5.332,8	7,68	23,78	59,68
México	128.932.753	1.076,2	8.346,7	3,89	29,63	59,97
América Latina e Caribe	636.492.840	4.611,1	7.244,6	5,63	23,17	60,53

Fonte: *World Development indicators* (2020).

Constata-se, por meio da Tabela 1, que o país com maior população é o Brasil (212.559.409), acompanhado do México (128.932.753) e da Colômbia (50.882.884). Essa densidade populacional é, também, evidenciada na relação com o Produto Interno Bruto (PIB), exceto no caso da Colômbia, que apesar de possuir a terceira maior população dos países selecionados, apresenta um PIB inferior ao da Argentina.

Porém, ao considerar o PIB *per capita*, observa-se que o quadro se modifica. O Chile apesar de possuir a menor população (19.116.209) entre os países em análise, apresenta o maior nível nesse indicador (US\$ 13.231,7), seguido pela Argentina (US\$ 8.441,9) e pelo México (US\$ 8.346,7). A Colômbia e o Brasil, por sua vez, apresentam o menor valor do PIB per capita,

US\$ 5.332,8 e US\$ 6.796,8, respectivamente, abaixo da média dos países da América Latina e Caribe (US\$ 7.244,6).

No que diz respeito a participação dos setores da economia no PIB dos países em questão, observa-se os seguintes maiores percentuais de participação: no setor Agropecuário, Colômbia (7,68%) e Argentina (6,84%); no setor Industrial, Chile (31,43%) e México (29,63%); e no de Serviços, Brasil (62,92%) e México (59,97%).

Os menores percentuais de participação, por seu turno, encontram-se: no setor Agropecuário, Chile (3,86%) e México (3,89%); no setor Industrial, Brasil (17,65%) e Argentina (22,47%); e no setor de Serviços, Argentina (54,34%) e Chile (56,48%).

A partir desses dados, é possível observar uma relação positiva do PIB *per capita* com o setor industrial, com exceção da Argentina que, embora possua a segunda maior renda *per capita* dos países selecionados, possui o segundo menor percentual de participação no setor industrial.

Contudo, considerando que a análise do PIB e dos setores que o compõem é tão somente uma das facetas do desenvolvimento de um país, apresenta-se na sequência outros indicadores que embasam a perspectiva de análise deste artigo: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); Emprego; Educação; Desigualdade; Pobreza e Vulnerabilidade; Violência; e Saúde.

4.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

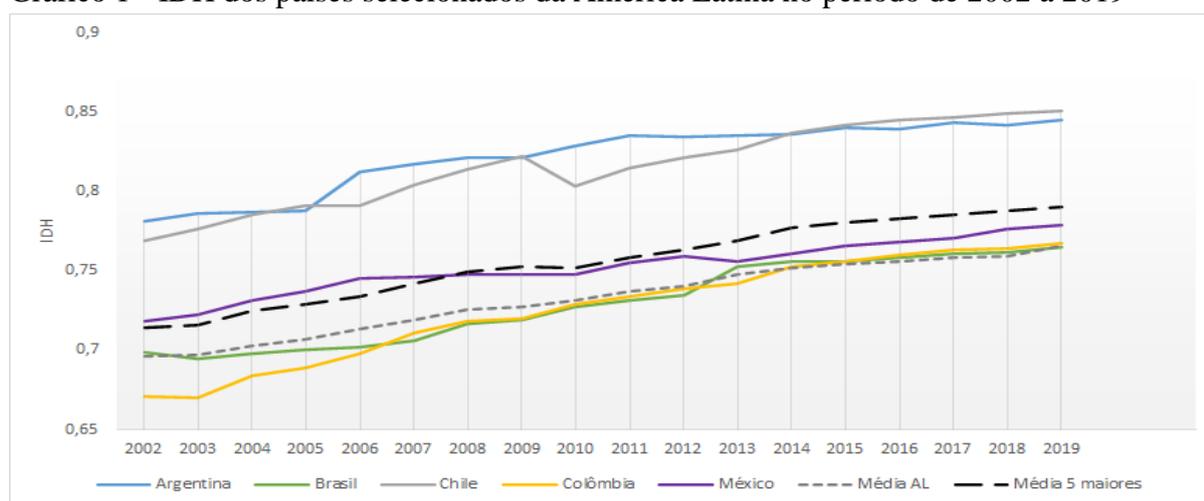
Conforme descrito pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD; IPEA; FJP, 2013), o conceito e as medidas de Desenvolvimento Humano, IDH, encontram-se apresentados no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, em 1990, sendo idealizados pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, com a colaboração e inspiração no pensamento do economista Amartya Sen (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

Desde sua origem, trata-se de uma alternativa ao pensamento hegemônico, o qual possuía como principal medida de desenvolvimento o Produto Interno Bruto (PIB), caracterizando-se por uma forma mais holística e abrangente de mensurar o desenvolvimento, avaliando as condições sociais e não apenas as econômicas. Em sua forma clássica, o IDH é composto por três indicadores: Longevidade (vida longa e saudável), Educação (acesso ao conhecimento) e Renda (padrão de vida digno) (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

No Gráfico 1, apresenta-se a trajetória do IDH dos países selecionados. De uma forma geral, o período analisado (2002 a 2019) demonstra uma evolução positiva desse indicador.

O IDH tem sido utilizado para classificação do grau de desenvolvimento e condições de vida da população de um local, região, estado federativo e país. Organismos internacionais - Organização das Nações Unidas (ONU) e Banco Mundial -, usam esse indicador para classificar o país com desenvolvimento humano muito alto, em desenvolvimento humano médio e alto e desenvolvimento humano baixo, dado que considera em seu cálculo as variáveis socioeconômicas citadas. Em particular, a ONU utiliza a seguinte classificação para o IDH, em nível mundial: 0,800 – 1,000 (muito alto); 0,700 – 0,799 (alto); 0,555 – 0,699 (médio); e 0,350 – 0,554 (baixo).

Gráfico 1 - IDH dos países selecionados da América Latina no período de 2002 a 2019



Fonte: Human Development Reports (2020).

No presente estudo, os maiores IDH são do Chile (0,851) e da Argentina (0,845), representados tanto isoladamente quanto comparados com a média geral da América Latina (0,766) e a média dos países selecionados (0,790). Na contramão, o Brasil e a Colômbia destacam-se negativamente com os menores índices, 0,765 e 0,767, respectivamente, abaixo, inclusive, da média dos cinco maiores países.

Apesar de possuírem os menores índices, a Colômbia e o Brasil estão entre as maiores variações entre os países analisados, considerando a diferença entre o ano inicial e o final no período em questão. A Colômbia apresenta a maior variação, de 0,101, o Chile a segunda, de 0,095 e o Brasil a terceira, de 0,08.

Especificamente em relação ao Brasil, observa-se que este esteve sempre muito próximo aos níveis de IDH da América Latina, com exceção ao período de 2004 a 2012. No entanto, essa proximidade ressalta a discrepância em relação a alguns países como, por exemplo, Chile e Argentina. Em 2000, o IDH para o Brasil registra 0,685 enquanto o da Argentina expressa

0,781 e o do Chile aponta 0,756. Nessa descrição, embora o Brasil tenha apresentado avanços, ainda se encontra abaixo dos países selecionados para esse estudo.

Tabela 2 - Desagregação dos dados em relação ao IDH dos países selecionados da América Latina, 2000 e 2019

País	Expectativa de vida ao nascer (anos)		Expectativa de anos de escolaridade		Média de anos de escolaridade de pessoas com 25 anos ou mais		PNB <i>per capita</i> (PPC \$ em 2017)	
	2000	2019	2000	2019	2000	2019	2000	2019
Argentina	73,6	76,7	15,6	17,7	9,1	10,9	18.179	21.190
Brasil	70,1	75,9	14,3	15,4	5,6	8,0	11.276	14.263
Chile	76,4	80,2	13,3	16,4	8,8	10,6	14.679	23.261
Colômbia	72,9	77,3	11,4	14,4	6,5	8,5	8.947	14.257
México	74,3	75,0	11,5	14,8	6,7	8,8	17.402	19.160
Média AL	71,6	75,6	12,8	14,6	6,6	8,7	11.970	14.812
Média 5 maiores	73,4	77,1	12,6	15,3	6,9	9,0	13.076	17.735

Fonte: *Human Development Reports* (2020).

Analisando indicadores do IDH isoladamente, é possível identificar os quesitos nos quais os países destacam-se negativamente e/ou positivamente. Conforme a Tabela 2, o Chile sobressai-se da Argentina com uma diferença no quesito expectativa de vida, em 3,5 anos e no PNB *per capita*, em US\$ 2,071. Comparando os países que apresentam os maiores e menores índices, a diferença é de 5,2 anos de expectativa de vida entre o Chile (80,2) e o México (75,0); de 2,9 anos na média de anos de escolaridade de pessoas com 25 anos ou mais entre a Argentina (10,9) e o Brasil (8,0); e de US\$ 9.004 entre o Chile (US\$ 23.261) e a Colômbia (US\$ 14.257), a diferença mais significativa em termos percentuais, cerca de 63%.

4.2 Emprego

O emprego constitui um fator de produção de riqueza capitalista. Expressa a posição do trabalhador no uso de sua capacidade de executar determinada tarefa, em uma atividade econômica. A quantidade de pessoas empregada refere-se um indicador de ocupação do trabalhador, podendo estar empregada numa empresa privada, órgão público, associação de classe, entre outras instâncias empregadoras. Ao contrário, o desemprego expressa determinada situação em a pessoa está fora do circuito de criação de riqueza nas atividades - agricultura, indústria e serviços -, por consequência, sem remuneração para obter produtos e serviços no mercado.

Agrega-se a esses indicadores o emprego informal, que expressa situação em que se exerce atividade econômica sem vínculos empregatícios ou trabalho registrado formalmente. Assim como, junta-se outro indicador bem utilizado em estudo sobre mercado de trabalho: população economicamente ativa. Esse indicador expressa a população empregada ou que possui condições de trabalhar – idade, interesse e condições de trabalhar. No Brasil, a população economicamente ativa é considerada o contingente de pessoas entre 18 e 65 anos, sendo que pessoas entre 15 e 18 anos são registradas apenas como aprendiz de função.

Os indicadores citados servem para verificar as condições socioeconômicas em que se encontra a população de um município, região, estado federativo e país. Em momento de crescimento da economia, o número de empregados eleva-se, dado que mais pessoas participam de forma produtiva das diferentes atividades econômicas. Em situação inversa, de crise econômica, eleva-se o nível do desemprego, trazendo várias consequências sociais, dada a perda da remuneração por não estar exercendo função em determinada atividade econômica.

Conforme observa-se na Tabela 3 e no Gráfico 2, no quesito Emprego, no geral, o aumento de taxa de participação na atividade econômica e a diminuição das taxas de desemprego e de trabalho informal, com exceções: a) Colômbia, com a diminuição da taxa de participação na atividade econômica de 1,3 pontos percentuais (pp) e aumento da taxa de informalidade em 0,2 pp; b) México, com aumento na taxa de desemprego em 0,8 pp; c) Brasil, com aumento da taxa de desemprego em 2,2 pp, apresentando, inclusive, a maior taxa de desemprego (12,1%), acima da média dos países selecionados (8,4%) e da média da América Latina (8,1%).

Tabela 3 - Dados desagregados sobre o emprego nos países selecionados da América Latina, 2000, 2019 e 2020

País	Taxa de participação na atividade econômica (%)		Taxa de desemprego (%)		Trabalho informal (%)*	
	2000	2020	2000	2019	2000	2019
Argentina	58,4	63,7	15,0	9,8	22,8	21,8
Brasil	65,9	68,3	9,9	12,1	32,8	27,9
Chile	54,7	59,1	10,5	7,1	27,6	22,7
Colômbia	65,4	64,1	20,5	9,7	46,9	47,1
México	59,3	65,5	2,6	3,4	31,8	26,9
Média AL	62,6	66,3	9,1	8,1	-	33,2
Média 5 maiores	60,7	64,1	11,7	8,4	32,38	29,28

Fonte: World Development indicators (2020), Cepal Stats (2021).

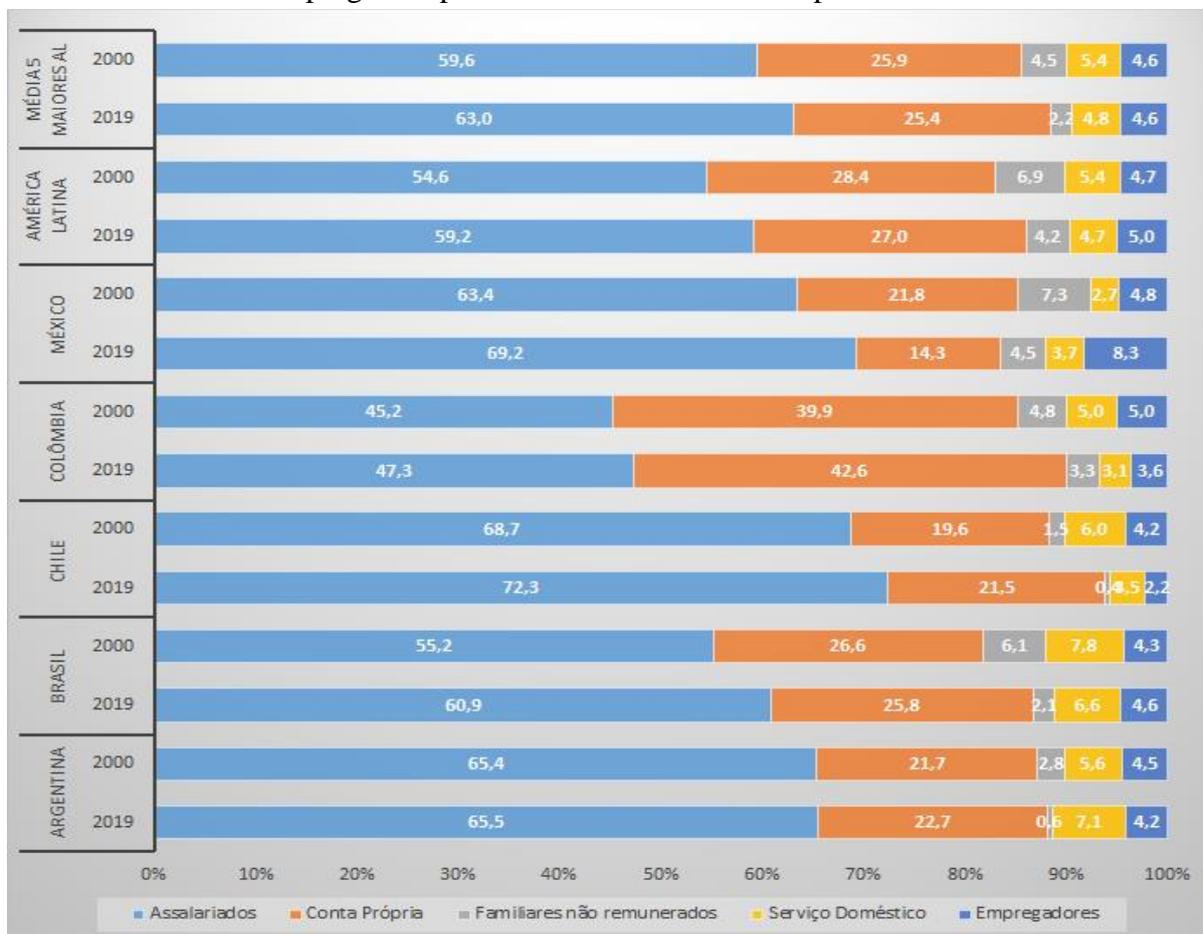
*Corresponde a série vulnerable work, da ILOSTAT.

O México e o Chile destacam-se com as menores taxas de desemprego, 3,4% e 7,1%, respectivamente, e a Colômbia com a maior taxa de informalidade, 47,1%. Os maiores percentuais de participação na atividade econômica são do Brasil (68,3%) e do México (65,5%), países que apresentam os dois maiores contingentes populacionais.

No que se refere às categorias ocupacionais, levando em consideração a média da América Latina, no geral, o período é marcado pelo aumento da massa de assalariados e de empregadores, redução das taxas de ocupações por conta própria, de familiares não remunerados e de serviços domésticos.

Algumas exceções estão no aumento na taxa de ocupações por conta própria na Colômbia em 2,7 pp, na Argentina, em 1 pp, e no Chile, em 1,9 pp. Destaca-se, ainda, o aumento da taxa de serviços domésticos no México, em 1 pp, e na Argentina, em 1,5 pp.

Gráfico 2 - Taxa de emprego nos países da América Latina no período entre 2000 e 2019



Fonte: Word Development Indicators (2020), Cepal Stats (2021).

A maior taxa de assalariados dos países em análise é a do Chile, com 72,3% da população economicamente ativa inserida no mercado de trabalho formal. Quando somado com os empregadores, o mercado formal chega a 74,5% no período. O México vem logo em seguida

com 69,2% de sua população economicamente ativa em ocupações assalariadas. Quando somadas às ocupações de empregadores, o mercado formal atinge o percentual de 77,5%, ultrapassando o Chile.

Chama atenção a Colômbia com aproximadamente 49% da população economicamente ativa em atividades informais, quando somadas as ocupações por conta própria, serviços domésticos e familiares não remunerados. A maior variação na massa de assalariados no período ocorreu no México e no Brasil, com aumento de 5,8 pp e 5,7 pp, respectivamente.

4.3 Educação

A educação constitui uma variável que expressa o conhecimento de uma pessoa, que pode ser obtida formalmente em instituições de ensino, ou em contextos informais expresso em esforço próprio, experiência no exercício de atividades, em processos interativos, etc. A educação advém da obtenção, acúmulo e difusão de conhecimento, considerada direito universal e meio transformador da sociedade. Junto com a educação encontra-se a sociabilidade, dado que é obtida em convívio social, ainda que não se resume só a isso. A educação integra o indivíduo na sociedade e permite melhor compreensão da estrutura, do funcionamento e dos fenômenos econômicos, sociais e políticos.

Nesse curso, vários indicadores decorrem do uso da educação para medir o desenvolvimento de um local, região, estado federativo e país. Assim, tempo médio de estudo, matrícula escolar, desistência e abandono escolar, nível de escolaridade, analfabetismo, etc são indicadores que derivam da educação. Tais índices assumem relevância, pois são objeto de políticas de desenvolvimento pelos governos, dado que a educação é um direito humano e o Estado tem um papel fundamental de oferecer condições à população, independentemente do nível de renda e do *status* social. Não sem razão, evidências comparativas são feitas, dentro do país e entre países, no uso do indicador que aponta o percentual destinado a educação do país em relação ao PIB.

Observando alguns dados da educação no contexto dos países analisados, notabiliza-se que é um período em que houve um aumento no investimento em educação, aumento na taxa de escolaridade (ensino médio) da população com 25 anos ou mais e redução das taxas de analfabetismo. Conforme a Tabela 4, observa-se, positivamente, a Argentina e o Chile, com as menores taxas de analfabetismo, 1% e 3,6% de sua população, respectivamente. O Chile e o México registram a maior média de pessoas com 25 ou mais que possui no mínimo o ensino

médio, com participações de 79,6% e 63%, respectivamente, da população ao final do período analisado.

Tabela 4 - Dados sobre educação nos países selecionados da América Latina, 2000 e 2018

País	Gasto com educação (% PIB)		Taxa de analfabetismo (%) - população com 15 anos ou mais		População de 25 anos ou mais com pelo menos ensino médio (%)	
	2000	2018	2000	2018	2000	2019
Argentina	4,6	5,5	2,8	1,0	45,9	57,2
Brasil	3,9	6,2	13,6	6,8	32,7	60,4
Chile	3,8	5,4	4,3	3,6	59,0	79,6
Colômbia	3,5	4,5	7,2	4,9	41,4	54,7
México	4,0	4,9	9,5	4,6	40,0	63,2
Média AL	4,0	5,4	11,0	6,1	39,0	60,3
Média 5 maiores	4,0	5,3	7,5	4,2	43,8	63,0

Fonte: *Human Development Reports* (2020), *Cepal Stats* (2021)

O Brasil e a Colômbia possuem as maiores taxas de analfabetismo, 6,8% e 4,9% de suas populações, nessa respectiva ordem. Apesar desses números, o Brasil sobressai-se com a maior variação em pontos percentuais no investimento na educação no período em questão (2,3), um aumento de aproximadamente 59%, e com a maior taxa de investimento dos países analisados, 6,2% do seu PIB em 2019. O Brasil, ainda, apresenta uma redução significativa na taxa de analfabetismo, em torno de 50%², e uma elevação do percentual de pessoas com 25 anos ou mais que possuem no mínimo o ensino médio, em aproximadamente 85%.

4.4 Desigualdade

Indicador de desigualdade social constitui importante referência para se medir o desenvolvimento. O índice de Gini é tradicionalmente utilizado como referência, pois consiste em uma medida que aponta o grau de concentração de renda de determinado grupo social. Expressa os níveis de riqueza e de pobreza, dado o índice sinalizar diferenças de rendimentos. Informa a situação de completa igualdade, quando atinge 0, ou completa desigualdade quando registra 1.

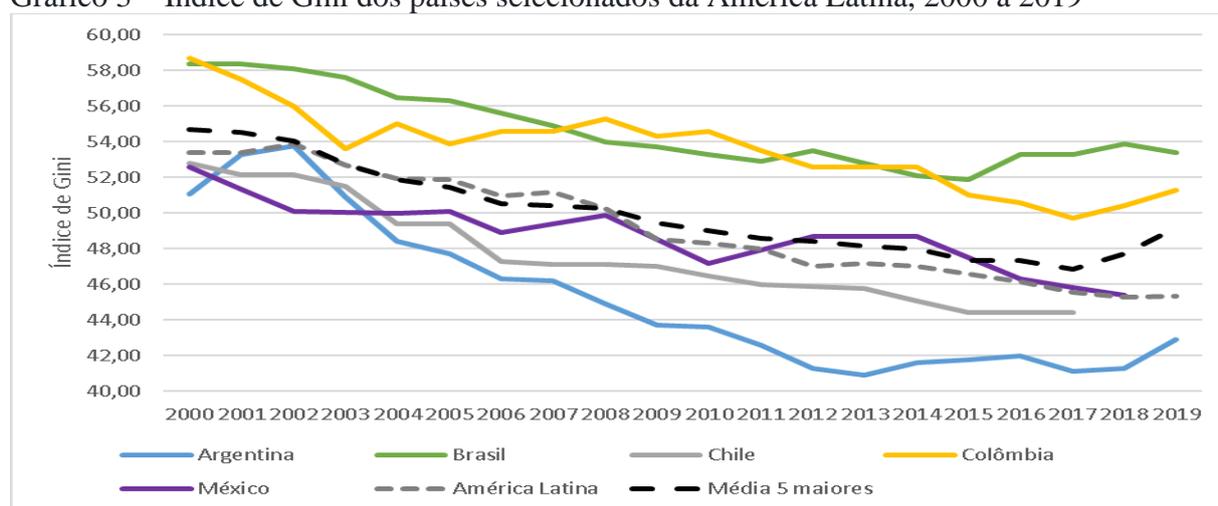
Logo, informa o padrão de distribuição e de concentração de renda existente numa sociedade. Por consequência, esse indicador é usado para comparação de grau de distribuição de rendimento entre diferentes lugares e setores econômicos da população – zona urbana e zona

² A Argentina e o México possuem a maior variação em termos percentuais no quesito redução do analfabetismo, em torno de 64% e 51% no período analisado.

rural e setores econômicos –, bem como entre população residente em municípios, região, unidade federativa e país.

Os países latino-americanos são marcados por significativa desigualdade na distribuição de rendimentos. No período em análise, observa-se redução no índice entre os países analisados, evidenciando diminuição no indicador de concentração de rendimentos. A Argentina e o Chile sobressaem-se com os menores índices de desigualdade, apresentados nos anos de 2013 (40,90) e 2015 (44,40), respectivamente. Na Argentina, depois de 2013, observa-se uma elevação do índice de desigualdade, finalizando o período analisado com 42,90.

Gráfico 3 – Índice de Gini dos países selecionados da América Latina, 2000 a 2019



Fonte: World Inequality Database (2020).

Na outra ponta, destacam-se o Brasil e a Colômbia como os países mais desiguais. O Brasil apresentou seu melhor desempenho no ano de 2015 (51,90), finalizando o período analisado como o maior índice de desigualdade entre os países analisados (53,40). A Colômbia vem logo em seguida, com o índice de 51,30. Ambos países ficaram bem acima da média da América Latina (45,33). De um modo geral, os anos finais do período analisado, aproximadamente a partir de 2015, são marcados por elevações nos índices de desigualdade, conforme o Gráfico 3.

O Gráfico 4, por sua vez, demonstra como ocorre a distribuição de renda no período analisado, 2000 e 2019. No geral, o percentual dos 1% por cento mais ricos cresce e o dos 10% mais ricos decresce, com algumas exceções, como na Colômbia e na Argentina que tiveram diminuição na faixa dos 1% mais ricos de 2,56 e 0,17 pontos percentuais, respectivamente. E o Chile registra aumento na faixa dos 10% mais ricos, em 1 ponto percentual no período analisado.

O Chile e o Brasil possuem a maior concentração de renda entre os 1% e os 10% mais ricos, chegando a aproximadamente a 60,35% e 59,29%, respectivamente, do total de rendimentos nessas faixas.

O Brasil e o México, por sua vez, são os países com maior concentração de renda entre os 1% mais ricos, 30,98% e 28,71%, respectivamente, do total da renda. O México apresenta a maior variação no período nessa faixa, com um aumento de 6,77 pp; e o Brasil, logo em seguida, registra um aumento de 6,49 pp. Na outra ponta, a Argentina destaca-se com o maior percentual de distribuição de renda entre os 90% remanescentes com 58% da renda total, seguida da Colômbia com 51%.

Gráfico 4 - Distribuição da riqueza entre os países selecionados da América Latina, 2000 e 2019.



Fonte: World Inequality Database (2020).

4.5 Pobreza e vulnerabilidade

A pobreza constitui uma situação em que a população tem carência de bens e serviços básicos para sobrevivência. A situação de pobreza expressa a dificuldade das pessoas se alimentarem, vestirem e terem condições de habitação, educação e saúde, enfim condições mínimas essenciais. Pessoas em situação de pobreza tem elevada dificuldade de participarem de forma ativa na sociedade. A expressão de carência social, decorrente da pobreza, quando elevada, aponta que as pessoas são excluídas da sociedade.

Organismos internacionais, como o Banco Mundial, consideram a pobreza elevada quando uma pessoa vive com menos de US\$ 1 por dia, e de pobreza moderada quando vive

entre US\$ 1 e US\$ 2 por dia. Outros indicadores também são usados para sinalizar o nível de pobreza. Destaque para a ingestão diária de caloria por pessoa. O indicador de pobreza absoluta considera pobreza quando uma pessoa ingere menos de 2.000 a 2.500 quilocalorias/dia.

Destaque nessa discussão as consequências da pobreza. Firma-se um ciclo vicioso e perverso, pois pobreza gera mais pobreza. Com isso a fome, desnutrição, doenças, violência, baixa expectativa de vida, discriminação social, entre outras considerações podem, no limite, levar a questionamentos das ordens econômica e política. Além disso, tal quadro demonstra a irresponsabilidade da sociedade e sua classe dirigente em tratar seus semelhantes, colocando-os à margem do processo de desenvolvimento.

Com relação a pobreza e a condição de vulnerabilidade social, foram eleitos três indicadores: população vivendo em extrema pobreza, população vivendo em pobreza e população vivendo em locais precários. Por uma questão de insuficiência de dados, o período analisado foi de 2000 a 2018 para os dois primeiros indicadores e de 2000 a 2014 para o último, conforme apresenta-se na Tabela 5.

O período, no geral, é marcado pela diminuição das taxas de pessoas vivendo em extrema pobreza, pobreza e em locais precários. Os países que mais reduziram o número de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza foram a Colômbia e o Brasil, com uma diminuição de 12,3 pp na Colômbia e 7,2 pp no Brasil no período analisado.

Com relação às pessoas que vivem em pobreza, a maior redução verifica-se na Colômbia, no México e no Brasil, com uma diminuição de 19,8 pp, 14,8 pp e 14,3 pp, respectivamente. O Brasil e a Colômbia ainda se destacam negativamente com os maiores índices de pessoas vivendo em extrema pobreza, 4,4% e 4,1% e em pobreza 9,2% e 10,9%, respectivamente. O Brasil possui o maior número de pessoas vivendo em locais precários, 22,3% de sua população, confirmando posição entre os países mais desiguais analisados.

Por outro lado, destaca-se positivamente o Chile e a Argentina com os menores índices de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza, cerca de 0,3% e 1,0% e em pobreza, com 0,7% e 3% de sua população, respectivamente. Contudo, chama atenção o fato de, apesar de possuir um dos menores índices de pessoas vivendo em extrema pobreza e em pobreza, a Argentina apresenta o segundo maior índice de pessoas vivendo em locais precários, 16,7% da sua população.

Tabela 5 - Dados sobre pobreza da população dos países selecionados da América Latina, 2000 e 2018

País	População vivendo em extrema pobreza (%)*		População vivendo em pobreza (%)**		População vivendo em locais precários (%) ***	
	2000	2018	2000	2018	2000	2014
Brasil	11,6	4,4	23,5	9,2	31,5	22,3
Argentina	5,7	1,0	12,6	3,0	32,9	16,7
Chile	4,4	0,3	12,4	0,7	9,0	9,0
Colômbia	16,4	4,1	30,7	10,9	22,3	13,1
México	9,1	1,7	21,4	6,6	19,9	11,1
Média AL	11,9	4,4	24,9	10,4	29,0	21,0
Média 5 maiores	9,4	2,3	20,1	6,1	23,1	14,4

Fonte: Cepal *Stats* (2021).

4.6 Violência

A violência trata-se de um indicador social que se expressa de diferentes formas e em distintos locais. A violência, como se sabe, causa danos a uma pessoa ou a um grupo na sociedade, se expressando em morte, lesão, deficiência, moral, sexual, psicológica, entre outras. A violência ocorre em decorrência de várias razões, em destaque os motivos: econômico, social, cultural e religioso.

Por sua vez, a violência pode ser evitada levando em consideração, também, vários fatores com a melhor distribuição de renda, elevação do nível educacional, regramento penal, existência de relações sociais seguras, entre outras. Nessa linha, o indicador de violência expressa o contraste que existe entre regiões e países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, dado que as formas de evitar estão significativamente presentes no primeiro, em relação ao segundo grupo de países.

Tabela 6 - Dados sobre a violência nos países selecionados da América Latina, 2000 – 2005 e 2013 – 2018.

País	Homicídios por 100.000 hab.		População Carcerária 100.000 hab.	
	2000-2005	2013-2018	2000-2005	2013-2018
Brasil	23,6	27,4	175,5	344,0
Argentina	5,7	5,3	143,0	194,0
Chile	3,6	4,4	240,0	246,0
Colômbia	54,8	25,3	153,5	235,0
México	10,2	29,1	188,5	156,0
Média AL	23,2	22,3	166,0	253,0
Média 5 maiores	19,6	18,3	180,1	235,0

Fonte: Human Development Reports (2020).

No que se refere aos dados de violência nos países em análise, apresenta-se, na sequência, a Tabela 6 com a referida síntese. Constatou-se que, em relação ao número de homicídios por 100.000 habitantes, Colômbia e Brasil apresentam os piores dados, respectivamente. A suposição para esse acontecimento, refere-se à questão do crime organizado, que é de forte incidência nesses países. Além disso, esses países são os que apresentam menores índices educacionais, bem como piores rendas *per capita*. Destaca-se, ainda, o Chile e a Argentina com baixos índices de criminalidade, o que inversamente pode ser explicado devido aos investimentos em educação e qualidade de vida da população.

4.7 Saúde

O indicador que versa sobre saúde expressa o nível da população que vive em situação de bem estar físico, mental e social, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Nesse contexto, não significa que saúde significa somente ausência de doença ou enfermidade. O conceito de saúde deve ser amplo, considerando além do padrão alimentar, ainda que esse tenha papel relevante, dado que hábitos alimentares saudáveis constituem ingredientes para prevenção ou surgimento de doenças. Completa tal exposição, o fato que não existe um padrão único de entendimento de saúde, pois varia de país para país, dada as distintas culturas, crenças e padrão de comportamento da sociedade.

A saúde constitui uma variável, dentre as já tratadas que permite distinguir o padrão de desenvolvimento de um país. Em países desenvolvidos, a presença de condições econômicas e sociais vantajosas, somadas a infraestrutura física e ao comportamento pessoal, contribuem significativamente para a população ter boa saúde e longevidade de vida. Agrega-se, ainda, os arranjos governamentais, que através de políticas públicas destinam recursos em prol da prevenção de doenças e da assistência à saúde. Com isso, sobressaem os indicadores de saúde dos países desenvolvidos por serem dotados de melhores níveis de renda, padrão educacional, ambiente físico favorável e cultura defensora da saúde.

O campo da saúde, de acordo com os indicadores e períodos analisados, conforme a Tabela 6, é marcado pelo aumento de gastos com saúde, da população de médicos por habitantes e pela redução da mortalidade infantil e do percentual de subalimentação nos países selecionados. O maior percentual de gasto com a saúde (com relação ao PIB) é do Brasil (9,5%), no entanto, a maior variação observada no período acontece no Chile e na Colômbia, com um aumento nos gastos de cerca de 28% e 26%, respectivamente. O México destaca-se com o menor percentual de gasto com saúde, 5,5% do seu PIB.

Com relação a redução da mortalidade infantil, o Brasil e a Argentina apresentam o maior percentual no período, cerca de 58% e 50%, respectivamente; embora, o Brasil apresente o maior número no quesito, com 12,8 óbitos por cada 1.000 nascimentos. A Colômbia vem em seguida com o número de 12,2 óbitos por cada 1.000 nascimentos. O Chile e a Argentina destacam-se positivamente com os menores números, 6,2 e 8,8 óbitos por cada 1.000 nascimentos, respectivamente.

Tabela 6 - Dados sobre saúde nos países selecionados da América Latina, 2000 e 2018

País	Mortalidade Infantil (por 1000 nascimentos)		Prevalência de subalimentação (%)*		Gasto com saúde (% PIB)		Médicos por 10.000 habitantes	
	2000	2018	2000-2002	2017-2019	2000	2017	2000-2002	2016-2018
Brasil	30,4	12,8	10,1	2,5	8,3	9,5	13,1	21,6
Argentina	17,5	8,8	3,1	3,8	8,5	9,1	32,5	40,0
Chile	9,2	6,2	3,5	3,5	7,0	9,0	8,9	23,7
Colômbia	21,1	12,2	8,8	5,5	5,7	7,2	14,4	20,7
México	22,2	11,0	3,3	7,1	4,4	5,5	19,8	23,5
Média AL	27,3	13,9	10,8	7,2	6,0	7,0	16,4	23,0
Média 5 maiores	20,1	10,2	5,8	4,5	7,4	8,7	17,7	25,9

Fonte: *Human Development Reports* (2020), *Cepal Stats* (2021).

No que se refere ao percentual de prevalência de subalimentação, os maiores percentuais são do México e da Colômbia, com cerca de 7,1% e 5,5% de suas populações, respectivamente. O Brasil não apenas apresenta o menor percentual (2,5%), como também a maior redução de pessoas em condição de subalimentação no período, aproximadamente 75%.

No indicador médicos por 10.000 habitantes, Argentina e Chile apresentam, também, o maior número, 40,0 e 23,7 médicos para cada 10.000 habitantes. Colômbia e Brasil registram os menores números, 20,7 e 21,6, nessa ordem.

5. Considerações finais

O desenvolvimento econômico constitui um objetivo maior a ser alcançado por um país. Nesse objetivo estão presentes melhorias nas condições econômicas, sociais e políticas do país, permitindo seus habitantes acesso a riqueza produzida em bens e serviços, direito a condições de vida dignas, ao exercício pleno da cidadania, enfim condições que levem cada vez mais a redução da desigualdade e a promoção a justiça social. Nessa linha, desenvolvimento não é só visto pela perspectiva de crescimento econômico, ainda que esse seja uma condição para alcançar o desenvolvimento. Exigem-se transformações social e política da sociedade. Em linha com esse entendimento, o desenvolvimento deve voltar-se para implementação de ações voltadas à homogeneização social

Na América Latina, onde se concentram países com desenvolvimento tardio e dependente do desenvolvimento capitalista mundial, as condições de desenvolvimento imperam sob bases frágeis e distintas dos países desenvolvidos. Conhecer, através de um conjunto de indicadores um grupo de países latino americanos, que pela magnitude se apresentam em melhores condições que a grande maioria, nos limites de um artigo constitui a inquietação de pesquisa. Segue, para tanto, a linha da CEPAL que se consolida, ao longo de sete décadas, como uma instituição responsável por pensar o processo de desenvolvimento dos países da América Latina e Caribe.

Os dados compilados e os escritos dos pesquisadores cepalinos nos ajudam a analisar o grau de desenvolvimento na economia latino-americanas. Os dados evidenciam distinção do grau de desenvolvimento entre os cinco países selecionados, que numa primeira leitura são os mais expressivos em indicadores socioeconômicos - Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México - em relação ao total de 33 países membros.

Da amostra de países considerados, os resultados apontam que os dois países com maior IDH são Chile e Argentina; em renda *per capita*, Chile e Argentina; em participação do emprego formal, Brasil e México; em trabalho informal, Colômbia e Brasil; em gastos com educação como participação do PIB, Brasil e Argentina; de menor participação de analfabetismo, Argentina e Chile; em maior nível de concentração de renda (entre 1% e os 10% mais ricos), Brasil e Chile; percentual da população vivendo tanto em extrema pobreza e como na pobreza, Brasil e Colômbia; em homicídio por 100.000 habitantes, México e Brasil e em população carcerária, Brasil e Chile; em mortalidade infantil por 1.000 nascimentos, Brasil e Colômbia; e em percentual do gasto em saúde em relação ao PIB, Brasil e Argentina.

Entende-se que de posse desses indicadores, o Estado, através de seus governos, pode fazer desenho de políticas de desenvolvimento nas diversas áreas tratadas. Ações podem ser desenhadas visando melhorar as condições do emprego, da educação, da saúde e da segurança, para citar essas áreas. Ainda que muitos indicadores tenham melhorados, comparando o desempenho nos anos 2000 e 2019, muitos esforços devem ser levados adiante, dado que a desigualdade social é estrutural na América Latina, e tende a se exacerbar em momentos de crise econômica e de governos que se orientam sob perspectiva neoliberal, cujo norte é reduzir a atuação do Estado na promoção do desenvolvimento.

Referências

- ALMEIDA, J. E. **Subdesenvolvimento e dependência**: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. Orientador: Pedro Cezar Dutra Fonseca. 2009. 204 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- BIELCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: BIELCHOWSKY, R. (org.) **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, v. 2, p.15-68, 1988.
- BIELCHOWSKY, R. Sesenta años de la CEPAL y el pensamiento reciente. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Sesenta años de la CEPAL**: textos seleccionados del decenio 1998-2008. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Estratégia nacional de desenvolvimento. **Revista Economia Política**, São Paulo, v. 26, p. 203-230, 2006.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Globalização e catching up, Globalização e competição** – por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não? Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- COLISTETE, R. P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos avançados**, v. 15, p. 21-34, 2001.
- CHANG, H. An institutionalist perspective on the role of the state: towards an Institutional Political Economy. In: BURLAMAQUI, L.; CASTRO, A. C.; CHANG, Ha-Joon (eds.). **Institutions and the Role of the State**. Aldershot: Edward Elgar, 2000.
- CHANG, H-J. Como os países ricos enriquecem de fato? In: **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, p.11-28, 2004.
- CHANG, H-J. Políticas de desenvolvimento econômico: perspectiva histórica das políticas industrial, comercial e tecnológica. In: **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- EVANS, P. El estado como problema y como solución. Desarrollo Económico. **Revista de Ciencias Sociales**, vol. 35, n. 140, enero-marzo, 1996.
- FAJNZYLBER F. Propuesta CEPAL para los 90: el medio ambiente en la transformación productiva con equidad. In: SCHWEMBER, H, (ed.). **Protección dei media ambiente Seminario AJC-TECNIBERJA 1990**, Santiago CEPAL/TECNIBERIA/AIC, p 43-49, 1990.
- FIORI, J. L. Introdução: de volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J. L. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, 1999.
- FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**, v. 1, ago., p. 5-19, 1992.
- GRANATO, L. **Brasil, Argentina e os rumos da integração**: O MERCOSUL e a UNASUL. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2015.
- IGLESIAS, E. V. O papel do Estado e os paradigmas econômicos na América Latina. **Revista CEPAL**, p. 45-53, 2010.
- MOREIRA, A. G. M. **A criatividade na busca pela superação do subdesenvolvimento**: Celso Furtado, cultura e desenvolvimento endógeno.2015. 185 f. (Dissertação em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico – Programa de Pós-Graduação em Economia, Florianópolis, 2015.

PAIVA, S. C. F. **Estratégias de política industrial e desenvolvimento econômico: ideias e ideais de Fernando Fajnzylber para a América Latina.** 2006. 308 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2006.

PRADO, F. C. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. II Curso sobre conjuntura latino-americano, Imperialismo, e a conjuntura político-econômica de nosso continente. **Seminário - Teoria marxista da dependência no Brasil:** de Ruy Mauro Marini aos dias de hoje, nov. 2010.

RODRIGUES, O. **O estruturalismo latino-americano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 587-622, 2009.

SILVEIRA, M. G.; ANGELI, E. Uma reflexão sobre o início da Cepal e seu contexto. **Revista Economia Ensaios**, v. 34, n. 2, 2020.